

A Voz da Mulher

PLATAFORMA MULHERES EM ACÇÃO

Ano: 2011

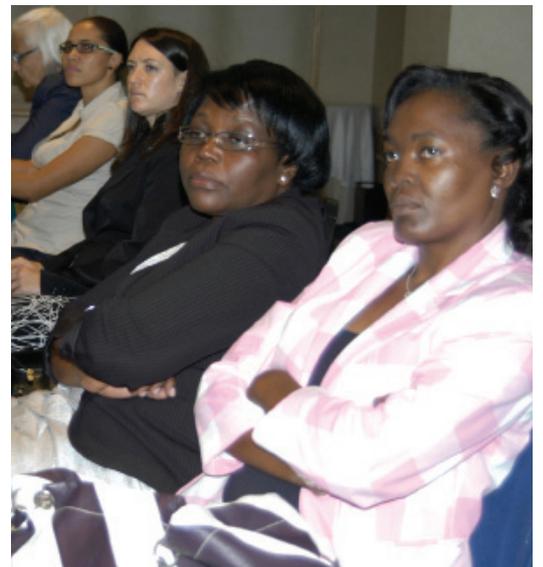
Janeiro à Junho

PMA com Balanço positivo no primeiro semestre-2011



DESTAQUES

- Balanço da PMA, do 1º semestre----- 4
- CACS nos Municípios de intervenção de Luanda-----7
- Desenvolvimento Económico do País -----8
- O papel das Organizações da Sociedade Civil----- 10
- Corrupção uma doença na sociedade-----11
- Estudo de Caso em Luanda -----12
- Projectos em curso ----- 16



Edição nº



Este Boletim é financiado pela:





Por: **Verónica Sapalo**
(Directora Executiva)

Durante dias, meses, anos décadas e séculos, a mulher não passou de mera criatura procriadora, fadada aos afazeres domésticos, tutelada pelos seus pais ou marido, sentia-se boicotada, não tinha o direito de se expressar, tinha que viver por iniciativa de escolha, não podia opinar sobre sua tendência ideológica.

Nada lhe era permitido até que cansada de ser marginalizada, foi á luta.

A cada batalha travada, a mulher foi transpondo os obstáculos que a tornava inferior ao homem. A cada dia, o sexo frágil se tornava forte conseguindo um lugar ao sol, foi uma revolução sem armas, sem violência.

Hoje vitoriosa, pois tem seus direitos internacionalmente reconhecidos, a mulher mostra o quanto é importante a sua participação, seja na área social, política, económica, enfim em qualquer área, a que se propõe, a mulher se mostra habilidosa, perspicaz, actuante inovadora, igualando-se intelectualmente ao homem que a julgava inferior.

A participação da mulher na vida pública deu um novo colorido ao quadro social, político e económico.

Incansável nas lutas pela queda de arbitrários, tabus, a mulher deixou de ser figura decorativa do lar para ser gente humana na sociedade.

O dia internacional da mulher é o prémio máximo conseguido na guerra que travou contra os preconceitos e desigualdades existentes.

O confronto entre diferentes concepções e objectivos de desenvolvimento tornaram o caminho sinuoso e o resultado da aplicação das concepções

Preâmbulo

predominantes é, hoje, o País que temos e a forma como vive a sua população. A igualdade de direitos cívicos e políticos entre homens e mulheres é uma conquista que implica a tomada de consciência das mulheres rumo aos desafios e mudanças significativas. A Constituição da República de Angola estabelece esses princípios da igualdade sendo, portanto, recente o direito de eleger e ser eleita para as mulheres. Consequentemente, o nível de participação em cargos políticos continua a ser baixo, sobretudo quando nos referimos a metade da população angolana.

Não ignorando que aquele processo se repercutiu na forma como vivem homens e mulheres, cremos que as alterações produzidas ao longo destes últimos trinta anos têm, para as mulheres, uma dimensão muito superior à que têm para os homens, nomeadamente porque permitiram a sua dignificação enquanto ser humano. O reconhecimento constitucional da existência das mulheres com iguais direitos aos dos homens constituiu um importantíssimo contributo para a alteração da condição feminina em Angola e para o desenvolvimento da sociedade angolana.

Falar em contributo para o desenvolvimento é falar, por um lado, da participação na vida pública e política, no exercício do poder, na cidadania e, por outro, do trabalho que, principalmente para as mulheres, se reveste de formas visíveis – as resultantes da sua actividade económica – e de formas menos visíveis – as resultantes da sua actividade não económica, na vida doméstica, no cuidado com os descendentes e ascendentes.

Justificar este baixo nível de participação pela “falta de vontade” é querer tapar o Sol com a peneira. É ao nível da persistência de representações ideológicas dos papéis sociais de homens e mulheres que remetem a mulher para o espaço privado e o homem para o espaço público que há que procurar as razões para o maior afastamento das mulheres relativamente à vida política.

Depois de um primeiro período, de guerra e após o conflito armado, em que aquelas representações femininas foram questionadas, elas constituem, hoje, o edifício ideológico sobre o qual assenta

(i) a perpetuação da divisão do trabalho no seio da família, a qual desempenha, certamente, um importante papel na limitação da disponibilidade para a participação feminina na acção política regular, (ii) sobre o qual se constroem os critérios, diferenciados para homens e mulheres, utilizados na selecção de candidatos aos órgãos políticos e que limitam o acesso das mulheres ao exercício do direito de serem eleitas, (iii), que impedem a mulher de tomar maior consciência das suas reais capacidades, independentemente da sua maior habilitação, e que, (iv) quando eleita, a remete para aqueles cargos de responsabilidade em áreas que constituem, na vida pública, a tradução das tarefas desempenhadas no seio da família. Aquele edifício ideológico, construído para justificar a presença da mulher no lar, continua a pesar sobre as práticas quotidianas da mulher e do homem, mesmo agora quando ela participa activa e massivamente na actividade económica.

As mulheres são hoje uma parte não ignorável da população com actividade económica e da população não empregada e minoritárias em algumas profissões fundamentais para o desenvolvimento do País.

É que o aumento da participação feminina no espaço público não teve contrapartida no aumento da actividade do homem no espaço privado, nem no necessário reforço das infra-estruturas de apoio à família. Continua, por consequência, a recair sobre a mulher o essencial das tarefas de reprodução e renovação da força de trabalho.

A participação das mulheres no processo de desenvolvimento do País constitui uma realidade, embora ainda limitada pelo edifício ideológico que continua a perdurar sobre os quotidianos de homens e mulheres. Viva a mulher que, deixando de ser luz de vela, passou a brilhar como estrela de primeira grandeza. Viva a liberdade e a igualdade para todas as mulheres angolanas e do mundo em geral. ●

A voz da Plataforma Mulher em Acção

A PMA enquanto uma Organização da Sociedade Civil, preocupada com a promoção, defesa e protecção dos Direitos Humanos em particular os Direitos Humanos da Mulher, focalizando, dentre outros aspectos a questão da sua participação na vida pública e política do país, tem estado a desenvolver, no âmbito do seu plano estratégico um conjunto de acções que procuram dar atenção as questões de género, fundamentalmente aquelas ligadas ao equilíbrio das relações de poder entre homens e mulheres, para promover o equilíbrio social, económico, político entre os mesmos em busca de um desenvolvimento sustentável para Angola, que tenha em conta as questões de Género.

O presente projecto justifica-se pelo facto de que em Angola, apesar de todos os esforços implementados pelas diferentes organizações da Sociedade Civil e Governo, incluindo o reconhecimento da igualdade de género ao nível da Constituição, ratificação de convenções internacionais, código de família e actual Lei contra a Violência Doméstica e Intra-familiar, persistem situações de desigualdade ao nível da família das organizações e instituições, assentes na discriminação contra a mulher, limitando desta forma o seu acesso aos bens, serviços e oportunidades de crescimento e afirmação pública e profissional.

Por outro lado, os preconceitos de género que caracterizam a maior parte dos decisores públicos, têm implicações na definição das políticas públicas, incluindo no Orçamento Geral do Estado, que na sua concepção apresenta insuficiências de análise de género, sendo que desta forma, não tem sido eficaz para responder aos problemas, necessidades e prioridades concretas de mulheres e homens.

Deste modo, o contexto impõe o desafio da identificação de estratégias de maior participação e inclusão das mulheres nos espaços de tomada de decisões ao nível dos seus municípios e a necessidade concreta da sua participação na planificação dos orçamentos municipais, no

sentido de se promover a melhoria da sua qualidade de vida e de suas famílias.

O objectivo geral do presente projecto, é o de promover o aumento da participação das mulheres no processo de concepção de orçamentos municipais, a fim de melhorar as suas condições sociais e económicas.

Deste modo, o projecto tem estado a promover acções que visam alcançar os objectivos pretendidos desenvolvendo as seguintes actividades:

- *Monitorar o estatuto social e económico das mulheres nos municípios de Cazenga, Viana e Kilamba-Kiaxi;*

- *Promover a cooperação e encontros regulares entre os grupos locais de mulheres, CACS e as administrações locais;*

- *Participar da preparação e planificação de projectos nos municípios;*

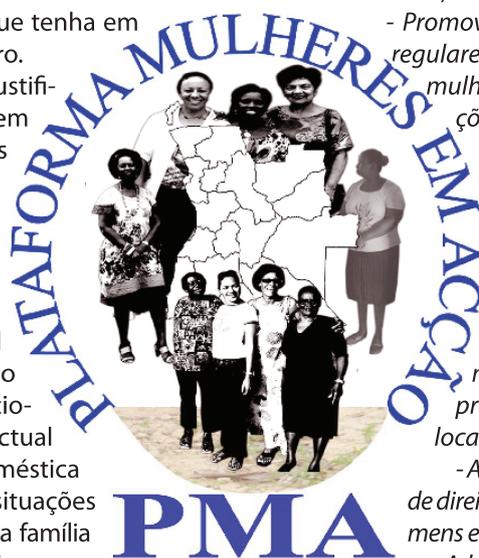
- *Cooperar com Administrações locais e os CACS no monitoramento de decisões importantes que afectem as mulheres e as raparigas no processo de desenvolvimento local;*

- *Advogar e promover a igualdade de direitos e oportunidades para os homens e mulheres;*

- *Advogar a favor de um processo inclusivo e participativo na concepção do orçamento.*

Todos estes desafios exigem do Estado e da Sociedade Civil, posicionamentos, sérios, responsáveis e coerentes, que considerem a participação dos cidadãos na definição das suas prioridades, particularizando a participação e engajamento da mulher, a dignidade humanas e a justiça social.

Por esta razão a PMA implementa o presente programa com o objectivo geral de contribuir significativamente para estes desafios, através do reforço das capacidades de liderança feminina visando a participação efectiva das mulheres, como uma estratégia de maior inclusão social das cidadãs nos processos de desenvolvimento socioeconómico do país, através da influência de políticas públicas na perspectiva do equilíbrio de género, no âmbito da abordagem de discriminação positiva de género. ●



Apoio:

Ajuda Popular da Noruega

&

OXFAM NOVIB

Actividades realizadas no 1º Semestre 2011

PMA com balanço positivo no primeiro semestre 2011

Monitorar o estatuto social e económico das mulheres nos municípios de Cazenga, Viana e Kilamba-Kiaxi.

Relativamente a este objectivo, foi realizada uma pesquisa sobre as condições sócio económicas das mulheres e raparigas nas áreas de intervenção do projecto, nomeadamente nos Municípios de Viana, Cazenga e Kilamba Kiaxi, que teve início no mês de Março previsto a ser concluído até a terceira quinzena do mês de Julho. O ponto de partida foi a elaboração dos termos de referência da pesquisa, incluindo análise sobre os aspectos chave, a serem analisados pelos entrevistadores.

O Consultor, foi o responsável pela formação de nove (9) activistas nas temáticas de técnicas de entrevistas individuais, criação de uma base de dados, foi também responsável pela realização do estudo propriamente dito, tendo no fim deste, se dedicado a elaboração do relatório da pesquisa em parceria da equipa de coordenação do projecto.

A colecta de dados foi feita pelos nove activistas acima referenciados, isto é três activistas por município. A amostra para o estudo, foi composta por 900 inquiridos dos quais,

trezentas mulheres em cada município.

O principal método de recolha de dados foi o inquérito com base no guião, tendo-se utilizado como técnicas complementares a observação directa e indirecta, reuniões alargadas com grupos de mulheres, entrevistas semi-estruturadas.

Pesquisas realizadas -

A relação existente entre as administrações e os munícipes;

- Percentagem de casos de corrupção em relação ao atendimento medico;

- Dificuldades no acesso ao Bilhete de Identidade causadas pela burocracia existente nos serviços de identificação;

- Percentagem de sugestões acerca do que as administrações deviam fazer a favor das crianças deficientes;

- Preocupação da Administração local com as mulheres (adultas), raparigas (jovens) crianças e idosos nas comunidades;

- Percentagem do número de



peças que negam e afirmam a preocupação das administrações para com as questões do município, percentagem de entrevistados com dificuldade de acesso aos serviços de Saúde;

- Acesso aos centros de testagem voluntária do HIV/SIDA.

Impacto da Pesquisa

- Formação da equipa de coordenação do projecto e dos activistas como um elemento fundamental de capacitação técnica e metodológica para a referida pesquisa, empoderamento das mulheres envolvidas, na medida em que, permitiu que os formandos tivessem contacto com informações voltadas para a promoção de Justiça de Género e Direitos Humanos da Mulher;

- Por outro lado, as informações contidas no relatório do estudo servirão como um elemento de advocacia social, para influenciar mudanças nas práticas de planificação municipal, uma vez que apontam para a realidade concreta da situação sócio económica das mulheres, raparigas e das famílias naqueles municípios.

Os argumentos proporcionados pelo Estudo, servirão de base para as discussões nos encontros de audiência com os administradores municipais, outras entidades do Estado e a própria sociedade civil em si.



Formação de mulheres activistas sobre Orçamentos Municipais na Optica do Género realizado em Luanda, Município do Cazenga.

Promover a cooperação e encontros regulares entre os grupos locais de mulheres, CACS e as administrações locais

- Relativamente a este objectivo, foram realizados encontros de audiência com os administradores municipais nos três municípios de intervenção do projecto, tendo sido lhes apresentado o projecto e intenções de parceria de trabalho.

Durante as audiências procurou-se também focalizar o interesse e a importância da organização e seus grupos locais a participarem directamente com os membros dos CACS, por meio de um processo de assessoria técnica e capacitação para uma planificação e elaboração de orçamentos municipais sensíveis a perspectiva de género.

Alguns impacto alcançados nos encontros - Estes encontros/audiências serviram de incentivo e sensibilização dos administradores e demais quadros das administrações locais presentes, em relação as questões do equilíbrio de Género e Direitos Humanos da Mulher, como elementos fundamentais do desenvolvimento local e sustentável;

Permitiu a PMA obter conhecimentos sobre o funcionamento e o relacionamento existente entre os CACS e as administrações municipais dos três municípios.

Permitiu ainda interagir com os membros dos CACS para analisar problemas que se ligam com a falta de formação sobre o processo de elaboração orçamental. A fraca participação na planificação dos Planos de Desenvolvimento Municipal foi um dos problemas identificados tendo em conta que estes participam apenas ao nível da informação. Os administradores os membros do CACS no acto da planificação mas sim informam a prioridade dos planos que são orientados a nível central. ●



Como participar da preparação e planificação de projectos nos municípios

No âmbito deste objectivo foi realizada uma formação aos membros dos CACS dos três municípios de intervenção. Dentre eles destacam-se: quadros das administrações, membros das associações locais (ODAS - Organização para o Desenvolvimento das Áreas).

A formação decorreu numa das salas de formação do Centro da Divina Providencia, que é uma instituição afecta a Igreja Católica local. Dentre os temas abordados destacam-se:

- A importância da promoção das relações equilibradas de género (noções gerais sobre género);
- Abordagem sobre Justiça Social (equidade e inclusão);
- Participação e desenvolvimento local;
- Igualdade e equidade;
- Princípios participativos (exercício da cidadania)
- Desenvolvimento local;
- Planeamento e orçamentação municipal. ●

Resultados e impactos das actividades

Permitiu reforçar o conhecimento aos membros dos CACS e a importância da sua participação nos planos de desenvolvimento local, tendo em conta os desafios que o contexto do país lhes impõe salvaguardando a perspectiva do género.

A capacitação permitiu fazer uma comparação dos aspectos positivos e negativos durante o processo de planificação e elaboração dos orçamentos a nível de cada um dos municípios.

Ajudou a clarificar o objectivo e

papel da concertação social para os processos de desenvolvimento que favorecem maior inclusão social;

Reforçou a parceria entre a plataforma e a sociedade civil local, tendo-se clarificado a necessidade de haver maior articulação entre as organizações de base locais e a preparação prévia dos assuntos a serem encaminhados nos CACS, bem como a necessidade de haverem representantes legítimos da sociedade civil nestes espaços. ●

Dossier PMA

Como cooperar com o CACS das administrações locais no monitoramento da promulgação de decisões importantes que afectem as mulheres e as raparigas no processo de desenvolvimento

Sobre este objectivo por meio das audiências que foram feitas com os administradores, bem como a formação ministrada aos membros dos CACS acima referenciada, deu-se início a elaboração dos termos de acordo de parceria, bem como também está em curso a definição das principais necessidades e prioridades de mulheres e homens ao nível das áreas de intervenção, por meio de encontros com os grupos e organizações ao nível dos municípios. ●

Advogar e promover a oportunidades para os homens e mulheres

Relativamente a este resultado além do lobby que foi feito junto dos administradores, por meio dos encontros foram realizados 3 encontros (1 em cada município), com as organizações e grupos da sociedade civil local, dentre os quais organizações membros da PMA, organizações para o desenvolvimento da área (ODAs), organizações comunitárias de base (OCBs) e redes municipais.

O objectivo dos encontros foi de socializar com as organizações beneficiárias do projecto e parceiros locais, os propósitos do projecto, definindo qual o papel dos diferentes actores no alcance da promoção do aumento da participação das mulheres na concepção dos orçamentos municipais.

Assim os encontros permitiram



Formação sobre Orçamentos Municipais na Óptica do Género para os Membros dos CACS, realizado em Luanda, Município do Cazenga.

abordar o contexto de Angola, focalizando sobre os problemas e desafios no domínio da participação pública da mulher, necessidade de promoção de género e Direitos Humanos da Mulher.

Os participantes foram encorajados a exercer a sua cidadania na defesa, promoção e protecção de tais direitos, tendo em conta que, o nível de participação da mulher, nas actividades de desenvolvimento do município é bastante reduzido, do ponto de vista da participação em processos de tomada de decisão.

Por outro lado, existem comunas

em que os cidadãos, não têm informações acerca da existência do CACS a nível do seu município, nas áreas onde existe CACS muitas mulheres são apenas convidadas a assistir sem poder dar o seu contributo como mulher e como munícipe.

Outra contribuição para este objectivo é a elaboração de brochuras informativas, cuja a concepção está em curso. Foi identificado um técnico responsável pela criação de um modelo para a inserção de dados. Neste momento está a ser criada a estrutura para as páginas e brevemente a inclusão dos dados já concebidos baseados na realidade de cada município. ●



Formação realizada no domínio do reforço das capacidades dos membros da PMA

No âmbito do reforço de conhecimento aos membros da PMA, foi realizada uma formação sobre planificação estratégica, incluindo noções de monitoria e avaliação de projectos, comunicação organizacional e noções básicas de gestão financeira. No sentido de reforçar o conhecimento e a capacidade das organizações beneficiárias nestas temáticas. Participaram na formação nove (9) membros das redes municipais de Viana, Kilamba xiayi e Cazenga respectivamente.

Foi ainda realizada com o mesmo propósito, uma formação sobre processos de planificação e orçamentação na óptica do género, com a experiencia do fórum de mulheres de Moçambique Com o objectivo de envolver a média nas campanhas de advocacia que serão realizadas pela PMA, no segundo semestre no âmbito do projecto.

Foram convidados como participantes na formação, técnicos das administrações municipais do sector de planificação e estatística, Ajuda Popular da Noruega (APN) o Fórum de Mulheres jornalistas para a Igualdade do Género, redes de organizações femininas dos municípios de Kilamba Xiayi, Cazenga, Viana e funcionários da PMA integrantes no projecto. Por outro lado, é no sentido de se ampliarem os mecanismos de lobby e reforço das administrações municipais. ●

Kilamba-Kiaxi, Viana e Cazenga

CACS nos Municípios de intervenção em Luanda

Ações no Município do Kilamba-Kiaxi - Foi criado em 2007 e desde a dada altura até Maio de 2010 fase em que se realizou o seu único encontro não funcionou. A reunião aconteceu por ocasião da visita do governador de Luanda, na qual foi apresentado um relatório de actividades já desenvolvidas pela administração na perspectiva da criação do CACS.

Nesta reunião os membros dos CACS assumiram que daí em diante as reuniões seriam realizadas trimestralmente o que até a data deste levantamento, não tinha sido cumprido.

Ainda não existe a distribuição de tarefas, razão pela qual todos os membros dependem do presidente que é o administrador municipal, o que pressupõe dizer que o poder de decisão é centralizado, não havendo práticas de descentralizadas da actuação.

Por outro lado, não existe uma relação directa entre os membros do CACS e os munícipes, de quem os problemas devem ser discutidos nestes espaços. Os munícipes, por sua vez, não conhecem os seus representantes nos CACS, isto porque a administração os tais não são legítimos, na medida em que o administrador é que convida a sociedade civil, segundo os seus propósitos.

Por outro lado, também, a sociedade Civil, não está organizada para participar no CACS, na medida em que os problemas não são debatidos a prior nos fóruns para a posterior serem levados aos CACS, sendo que a sociedade civil local é a menor parte nas representações do conselho, isto nos 3 municípios. ●



Formação sobre Orçamentos Municipais na Optica do Género para os Membros dos CACS do K. Kiaxi, Viana e Cazenga., realizado em Luanda, no Municípios do K. Kiaxi, Viana e Cazenga.

Viana - De acordo com a situação obtida durante o levantamento, alguns membros do CACS no município de Viana afirmarão que foi o mesmo criado no princípio deste ano (2011).

O conselho tem realizado encontros trimestrais, de acordo com o previsto no regulamento, a planificação do orçamento municipal começa na fase da constatação dos problemas de acordo com informações avançadas pela chefe do sector de planificação e estatística.

A sociedade civil tem um número de representação considerável e participa na tomada de decisões, onde cada membro expõe as suas as inquietações.

Os entrevistados afirmaram conhecerem o valor orçamental do município, mas que entretanto, não estão tecnicamente capacitados para poderem fiscalizar as actividades orçadas para o município. No ponto de vista dos membros entrevistados dizem que o presidente do CACS não devia ser o administrador porque quando o OGE é aprovado o maior voto a favor tem sido das repartições da administração. ●

Cazenga - Relativamente a este município a situação não difere muito da realidade dos outros. No mês de Março de 2011 a administração municipal do Cazenga na pessoa do seu administrador, reuniu a equipa de coordenação do projecto.

O CACS municipal do Cazenga já existe há 3 anos, mas até ao momento só reuniu uma vez que foi no mês de Fevereiro de 2011. Neste encontro foi elaborada um conjunto de recomendações mas que até ao momento não foram implementadas.

Constatou-se ainda que os mem-

bro do CACS são na sua maioria os responsáveis das repartições municipais: Saúde, Educação, S.O.S, OMA, MIFAMU, dentre outros.

Quanto a planificação orçamental a sociedade civil não participa neste processo. A tomada de decisão no CACS é sempre responsabilidade do administrador. ●

Desenvolvimento

Desenvolvimento Económico

Nas áreas de intervenção da PMA

Analizando concretamente os elementos de sustento nas áreas de intervenção da PMA, enquanto que em Luanda a base do sustento das famílias, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres, é a economia informal, na Lunda-Sul, a base de sustentabilidade é a agricultura de subsistência migratória, ou seja, a terra em que é feita o cultivo é deixada de pouso para ser usada posteriormente. Também dedicam-se a pesca artesanal, caça e ao garimpo de diamantes. Em Kakolo, na comuna de Cucumbi, constatamos a existência de um projecto de exploração mineira denominado Satxifunga. Existe uma panificadora industrial designada Minungo II, três pequenas moagens a martelo, e destaca-se a instalação de pontes provisórias sobre os rios Lusse, Mundjuuji, Camafuca, por parte das administrações locais como forma de melhorar a circulação de pessoas e bens.

Já em Benguela, as principais actividades produtivas que garantem a subsistência das famílias são: a agricultura, a venda dos produtos colhidos e a criação de gado.

Os produtos comercializados nos mercados das localidades de intervenção, na sua maioria são importados e, por conseguinte, há muito poucos bens de produção nacional e local no circuito comercial.

Na actividade comercial destacam-se o comércio a grosso, a retalho, o comércio precário, vendedores (as) do sector informal e panificadora. Destaca-se também como uma fonte importante de receitas o turismo, constata-se um incremento de iniciativas privadas de empreendedorismo, que têm contribuído para o crescimento da rede hoteleira mas não é claro que os municípios obtenham receitas da taxa destas actividades.

Ainda assim, uma importante percentagem do grupo alvo está

no desemprego e a grande maioria trabalha no sector informal, onde as mulheres são a maioria, pois, o comércio informal é uma importante fonte de rendimentos para as famílias. Dentro do sector formal as empresas privadas são as que mais empregam e depois a seguir as empresas públicas e a administ-

ração do Estado.

Porém, ainda existe uma grande diferença entre homens e mulheres no acesso a empregos, taxas salariais, acesso aos recursos, a escolaridade e controlo de grandes meios financeiros de produção, créditos, empréstimos e aquisição de terras.●



Desenvolvimento Social

Relativamente a Província de Benguela, os dados preliminares do diagnóstico que está a ser levado a cabo, no âmbito do presente programa, demonstra um elevado índice de pobreza. No município sede, mais propriamente nos bairros da Gama e no bairro Calombo, a distribuição de água, a drenagem, os esgotos, a recolha de resíduos sólidos ainda é bastante deficiente, por conseguinte, esta insuficiência de qualidade dos serviços básicos põe em causa a saúde pública das famílias locais.

As infra-estruturas escolares não têm a qualidade desejada, a maioria não possui espaços de lazer ou pátios, não possuem quadras desportivas e necessitam de reabilitação urgente por falta de manutenção periódica, por conseguinte, esta insuficiente qualidade dos serviços básicos põe em causa a qualidade do ensino e aprendizagem, incluindo o problema da ausência dos professores, nas escolas, ao nível das aldeias.

Neste sentido torna-se de grande importância a abertura de centros recreativos e culturais, escolas de formação profissional e outros espaços de ocupação instrutiva dos tempos livres dos jovens, para diminuir nível de

frustração e criminalidade, sobretudo daqueles que se encontram fora do sistema de ensino e as que estão dentro do sistema de ensino mas que devido a dificuldades alimentares têm revelado debilidades na aprendizagem.

Por exemplo, ao nível do **Município da Ganda**, mais concretamente no bairro Mustivi a falta de um chafariz e energia eléctrica revelou ser a principal preocupação dos habitantes, sobretudo das mulheres que são as principais responsáveis por garantir este meio as suas famílias. Para além da falta de oferta de empregos e a subnutrição derivada das dificuldades financeiras.

No que toca a **aldeia de Tchicandula**, constatámos altos níveis de pobreza, a escola não tem condições condignas, é uma escola de adobe e não há carteiras, sala de estudos ou biblioteca. A Administração, no início de cada ano lectivo apenas distribui material escolar aos alunos da pré-iniciação e mesmo assim o material não é suficiente, não sendo por isso extensivo a todas as crianças. Muitas raparigas vão à escola sem motivação para a aprendizagem mas são movidas na esperança de receberem a merenda escolar no fim das aulas, visto que muitos apenas tomam por dia uma refeição em casa.

A situação da mulher agrava-se perante a situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram a maior parte das famílias. As mulheres precisam de insumos agrícolas para incrementarem a produção, de modo a atenuarem os efeitos da pobreza, elas queixam-se, igualmente, da falta de água para as regas em tempo não chuvoso. Outra situação de grande realce ligado a condição da mulher, tem que ver com o fenómeno do casamento precoce, por exigência cultural, nas aldeias de intervenção, o que põe restrições no desenvolvimento social das adolescentes e jovens.

Durante os encontros com as populações os homens também tiveram momentos de partilha durante os grupos focais e apresentaram as suas preocupações e o que consideram de problemas mais relevantes, dos quais se destaca: carência de materiais para a construção das suas cubatas e necessidade de cobertura de zinco devido a época chuvosa, falta de sistemas de abastecimento de água, necessidades de bois de tracção, para melhorarem os níveis de produção, necessidades de carros de mão para o transporte dos produtos do campo para aldeia, bem como outras formas de comércio, pelo que considerariam de grande valia o acesso ao crédito. Os mais idosos queixam-se da falta de casacos e cobertores para agasalharem-se do cacimbo.

Relativamente ao contexto na **Província da Lunda-Sul**, propriamente nas localidades de intervenção: Kakolo e Saurimo, de um modo geral as mulheres e raparigas, do município enquadram-se nos três níveis de pobreza: pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjectiva. Segundo o grupo alvo, as causas dessa pobreza extrema são, por um lado, o factor guerra que assolou maioritariamente as famílias dessa região de Angola, deixando muitos mutilados de guerra, viúvas e órfãos em condições

extremamente precárias, por outro lado, são as medidas tomadas para unificação dos bairros e aldeias, pois, muitos populares deixaram de ter a possibilidade de cultivar por falta de terras. Muitas das mulheres e crianças dedicam-se a queima do carvão, contudo, o negócio do carvão não tem dado compensações em termos de lucros porque não existem meios de transportes na localidade com capacidade de carga para escoar o carvão para os mercados de outras regiões. Não têm quaisquer animais de criação nem agasalhos para protegerem-se do cacimbo.

A falta de estradas asfaltadas, energia eléctrica, água potável, saneamento básico, habitação, emprego, acesso ao ensino, foram também dos factores apontados, que têm estado na base do agravamento da pobreza entre mulheres e raparigas. As mulheres grávidas que vivem distante da sede municipal, na altura do parto têm sido socorridas pelas parteiras tradicionais, com todos os riscos que isto representa para elas e para os bebés. Ainda neste domínio, a taxa de aborto é bastante elevada. As principais doenças predominantes são, essencialmente, a cegueira (devido as fagulhas de carvão), diarreias, sarampo e a malária. ●

Na comuna do Xassengue

- as mulheres e raparigas cultivam grande quantidade de mandioca, feijão, batata-doce, milho, cogumelos selvagem, ginguba. Só não cultivam outros produtos porque as estradas estão intransitáveis, impossibilitando o transporte e, por conseguinte, a comercialização dos produtos cultivados. No âmbito do programa de combate a pobreza do Executivo, foi atribuída uma viatura para cada comuna para o transporte de pessoas e mercadorias. Há dificuldades de comunicação telefónica, pois, não há redes telefónicas. Os estudantes depois de concluírem a 6ª classe, se quiserem prosseguir os estudos terão que ir a Kakolo. ●

Na comuna de Cucumbi

As condições são as mesmas em relação as outras comunas. As mulheres e raparigas por se encontrarem mais próximas das áreas do garimpo, são influenciadas negativamente pelos garimpeiros, casam-se muito cedo na expectativa de uma vida melhor, porém, os ganhos vindos do garimpo não são investidos, quando esses ganhos acabam, as dificuldades voltam e mais graves, porque durante certo tempo viveram um tanto quanto acima das suas reais capacidades.

O hospital dista a 80km, levando os utentes a percorrem tal distância a pé para terem acesso aos serviços médicos. A estrada está de tal maneira degradada que o acesso para as viaturas é difícil. A água é imprópria para consumo, os populares e os animais domésticos consomem da mesma fonte. As pessoas tiram a água do rio

Desenvolvimento

onde os porcos tomam banho e os cabritos bebem. Há muitos mosquitos e a população não dispõe de mosquiteiros. Existem dezasseis parteiras tradicionais, que têm sido recicladas planificadamente mas mesmo assim tem havido muitos abortos e não se sabe ao certo quais são as causas. ●

Um dos momentos do jantar conferência sobre a solidariedade entre as mulheres realizado no Hotel Trópico, com a participação da Ministra da Família e Promoção da Mulher, Sr^a Genoveva Lino.



O Papel das Organizações da Sociedade Cívil perante este contexto

As Organizações da Sociedade Civil têm vindo a exercer uma grande influência no desenvolvimento das comunidades, dos grupos étnicos e das localidades.

Na Lunda-Sul, constatamos a existência de apenas duas Organizações da Sociedade Civil: a UNDESCA e a ASCA, porém, estas Organizações estão inoperantes por falta de financiamento.

As formações que prevemos serem ministradas em Julho e Setembro, sobre o associativismo feminino, poderá ser útil para colmatar essa falta de Organizações da Sociedade Civil activas e impulsionar o surgimento de outras Organizações na Lunda-Sul.

Em Benguela, temos uma Sociedade Civil estruturada e da qual destacamos as seguintes: APHA – Associação para o Desenvolvimento

do Homem Angolano; OHI – Organização Humanitária Internacional; OMUNGA; TWAJOVOKA, ANAC – Associação dos Naturais e Amigos de Caimbambo, FAPJ, AJS – Associação Juvenil para Solidariedade, ADAMA, APA – Associação dos Professores de Alfabetização, ACPJS, BA – Bismas das Acácias; AT – Associação de Teatro, NRA – Núcleo Representativo das Associações, ARDSA, MÃOS LIVRES, ADRA, AMPA, AMMAR.

Durante o levantamento na Província de Benguela, aproveitou-se a oportunidade para, formalmente, proceder-se a apresentação formal da PMA ao Governo Provincial, à administração do município sede, ao Município da Ganda, à UCTAH, à AMMAR e aos quadros da ADRA ao nível local, na qualidade de organização membro. ●

Programa trienal 2011-2013 Esforços de sinergias empreendidos com os outros actores

Durante o primeiro semestre de 2011, a PMA realizou várias acções concertadas com outros actores sociais, no quadro das questões do género e direitos humanos. Destacamos as seguintes acções: ADRA-PMA, Conferência sobre Género e Desenvolvimento Local; OSISA-PMA, formação sobre o Processo de Planificação e Orçamentação na Óptica do Género. No âmbito da parceria estratégica com APN as dinâmicas e sinergias que os parceiros estratégicos (PMA, FMJ, ADRA, Mãos Livres e AJPD) deverão empreender realizando actividades conjuntas no sentido de reforçar acções colectivas será uma das formas de reforçar a relação dos parceiros.

E para que isto funcione a APN dispõe de um fundo disponível no qual as organizações deverão apresentar propostas para acções pontuais durante o segundo semestre do ano de 2011. ●

Nível de colaboração com as autoridades na implementação do pro-

grama As administrações, de um modo geral, estão muito receptivas as iniciativas da PMA, tal como já anteriormente referido, já reconhecem a importância das Organizações da Sociedade Civil e têm-nas como parceiras. Por isso, as administrações têm cooperado mediante a concessão de audiências, apoio técnico e material, assim como, a recepção de formações sobre igualdade e equidade do género, e orçamentação na óptica do género.

As informações no âmbito dos encontros e formações, têm sido de elevada importância para as administrações, na medida em que facilitam a implementação dos seus programas, no âmbito do combate contra a pobreza. ●

Monitoria com os parceiros - As primeiras visitas, as Províncias de Benguela e Lunda-sul, permitiram a constituição dos pontos focais da PMA, que têm a incumbência de dar a continuidade das actividades, sobretudo replicação dos conteúdos das formações aos demais beneficiários. A monitoria até ao momento está a ser feita por meio de telefonemas e e-mails, para compreender o trabalho que está a ser realizado, principais dificuldades, facilidades e constrangimentos, sendo sempre reorientado o trabalho posteriormente realizado.

Entretanto estão marcadas e planificadas visitas de monitoria a estas províncias para o 2º semestre.

Assuntos climatéricos e ambientais - Nesta abordagem tem sido importante, as reflexões junto da ADRA, que têm esta como uma das componentes principais de trabalho. Por exemplo, a queima de carvão praticada por várias mulheres no Município de Kakolo, está a ser reflectido internamente, uma vez que têm fortes implicações nas questões ambientais, sobretudo devido ao derrubamento de árvores, mas ao mesmo tempo ser a fonte de sobrevivência daquelas famílias, estando por isso a ser analisado internamente como fortalecer o trabalho que já está a ser feito pela ADRA, enquanto organização membro, no domínio do repovoamento florestal e das formações sobre cuidados ambientais, nas quais se estimula o uso do adubo orgânico ou composto orgânico, feito a base de produtos agrícolas degradados. ●



Caso de assassinato

Violência doméstica em Luanda

A morte de Márcia Cadete Ferreira Boa Ventura, assassinada no dia 28 de Fevereiro de 2011 na sua própria casa.

Durante o acto a vítima foi queimada, introduzindo-lhe papéis e gasolina no órgão genital e de seguida colocaram fogo.

O caso foi entregue ao Comando Provincial da Polícia de Luanda no Departamento de Crimes.

A informação que nos foi dada é que os autor do crime após 30 dias de detenção foram libertados imediatamente com o processo número 2003, e sobre responsabilidade do inspector Bernardo Silva. Até ao fecho desta edição, os familiares da vítima já não receberam nenhuma informação sobre o an-



damento do caso por parte da polícia.

Tonte: Arnaldo Sebastião Vicente Júnior
(Tio da vítima). ●

Corrupção uma doença na sociedade



Durante o levantamento, feito para o diagnóstico, o fenómeno da corrupção foi abordado e um dos aspectos centrais foi o pagamento da "gasosa", para obter qualquer serviço público como atendimento nas unidades hospitalares do estado e outros serviços como aquisição de B.I. Com efeito, os níveis não são tão elevados em relação as zonas urbanas, a corrupção é mais intensa nas zonas urbanas do que nas zonas rurais. Conforme o relatório Draft da pesquisa sobre a condição sócio económico das mulheres e raparigas desenvolvido nos municípios de Kilamba-Kiaxi, Viana e Cazenga província de Luanda realizado pela PMA. Mas há níveis de corrupção a que os sobas locais são submetidos sobretudo na venda de terras comunitárias. ●

Condição socio-económico das mulheres e raparigas

A PMA, realizou uma pesquisa ao longo do primeiro semestre de 2011, utilizado um conjunto de técnicas que em marketing e nas ciências sociais, permitem obter dados de um número relativamente pequeno de respondentes dependendo da escala com que se trabalha, os quais são analisados com técnicas estatísticas.

Na fase de elaboração de questionário, a coordenação técnica teve em conta as habilitações do público-alvo. É de salientar que o conjunto de questões foi bem organizado e continha uma forma lógica para quem fosse inquirido respondesse. Assim sendo, evitamos questões irrelevantes, insensíveis, intrusivas, desinteressantes, com uma estrutura (ou formato) demasiado confusa e complexa, ou ainda questões demasiado longas. Também redobramos a atenção ao formular questões de natureza pessoal, ou que abordem assuntos delicados ou incómodos para a inquirida, para o efeito colocamos uma janela de saída com a opção "prefiro não dizer". Portanto, as questões foram reduzidas e adequadas à pesquisa em causa.

As questões foram desenvolvidas tendo em conta três princípios básicos: o Princípio da clareza (devem ser claras, concisas e unívocas), o Princípio da Coerência (devem corresponder à intenção da própria pergunta) e o Princípio da neutralidade (não devem induzir uma dada resposta mas sim libertar a inquirida do referencial de juízos de valor ou do preconceito do próprio autor).

O grupo alvo foi entrevistado nas ruas, nas suas casas, nas escolas e nos mercados. A fase de recolha de dados no campo por via de entrevistas. Depois, os questionários foram levados de volta ao escritório onde foi feito um controlo de qualidade prévia dos

dados recolhidos.

Perfil do Município de Kilamba-Kiaxi-

Kilamba Kiaxi é um dos nove municípios da província que constituem a área urbana da cidade de Luanda.

Kilamba Kiaxi tem 173.4km² e cerca de 1.361.074 habitantes. Limita a Oeste com o município da Maianga, a Norte com os municípios do Rangel e Cazenga, a Este o município de Viana e a Sul com o município da Samba.

Educação e Saúde

- Na educação das mulheres e raparigas averiguamos o seguinte: 29,5 % atingiram o primeiro nível, 22,5 % o segundo nível, 23,7 % o ensino médio, 2,9 % o bacharelato, 0,6 % a licenciatura e 20,8 % é analfabeta, que nunca frequentaram a escola.

Há um ditado africano que diz: *"Educar um homem é educar uma pessoa, educar uma mulher é educar uma nação"*. 79,7% de mulheres e raparigas com filhos afirmam que os seus filhos não possuem nenhuma deficiência física e 20,3 % reconheceram que as suas crianças são portadoras de deficiência deparam-se com vários tipos de deficiências das quais destacamos: perna alargada, deficiência física, trombose com 45,5 %; mudez, surdez e problema visual 27,3 %; atraso mental, doença de gota e epilepsia 18,2 %; célula faviforme e alargada e juba na ordem de 9,0 %.

As inqueridas com filhos deficientes preocupam-se com os mesmos, assim sendo 20,0% frequenta a escola e 80,0% está de fora do sistema de ensino por falta de escolas especializadas, 16,7 % não sabem onde levar os filhos para frequentarem o ensino especial e 83,7 % alegaram falta de condições financeiras.

Na questão da saúde reprodutiva, a maior parte das inqueridas sofreram abortos, ao passo que, 32,4% negaram o acto, 12,2% consumaram o acto por falta de meios financeiros, (17,1 %) por má alimentação, (51,2 %) por causa da guerra, acidente, afogamento e desaparecimento e 19,5 % preferiram não comentar.

Participação Económica

- O sustento da família nas sociedades tradicionais foi sempre uma das maiores preocupações da mulher, assim sendo 44,9 % das mulheres e raparigas dedica-se a venda no mercado, o que se justifica pela necessidade de ganhar dinheiro para contribuir no sustento da família, como sublinham as estatísticas 87,5 %.

Pese embora encontrem muitas dificuldades resultantes da insuficiência de meios financeiros 82,7% e da falta de um local permanente para a venda 1,8%. Contudo, apesar das dificuldades, elas não cruzam os braços e têm tomado medidas para suplantarem as dificuldades quer com esforço próprio 79,5 % quer com o apoio das colegas 17,0 %.

Perfil do Município do Cazenga

- Este Município está entre os complexos populosos e activos do país. Com uma área de 38,6 Km² está localizado entre os municípios do Sambizanga, Rangel, Viana e Kilamba-Kiaxi, é constituído por três comunas: Hoji Ya Henda (6 bairros), Tala Hadi (7 bairros) e Cazenga (10 bairros).

Educação e Saúde - Na educação das mulheres e raparigas observa-se o seguinte: 19,5 % nunca foram a escola, 33,7% frequentaram

o primeiro nível, 37,3 % frequentaram o segundo nível, 8,9%, o ensino médio e 0,6% bacharelato. Nenhuma das inquiridas frequentou ou frequentou o ensino superior.

Em relação a saúde, é as mulheres e as raparigas que têm filhos, pois, 95,0% afirmam que os seus filhos são aptos fisicamente e 5,0 % reconheceram que as suas crianças são portadoras de deficiências de vária ordem: perna alargada, deficiência física, trombose com 37,5 %; mudez, surdez e problema visual 25,0 %; atraso mental, doença de gota e epilepsia 25,0 %; célula favi-forme e alargada, juba na ordem de 12,5%.

Tendo filhos deficientes, as inqueridas se preocupam com os mesmos, assim 33,3 % têm os filhos a frequentarem o ensino e 66,7 % fora do sistema de educação.

No que toca a saúde reprodutiva, 64,7% das inqueridas sofreram de abortos contra 35,3% que nunca tiveram aborto. É de salientar 5,6% consumaram o acto por falta de meios financeiros, 9,3% por má alimentação, 55,6 % devido a guerra, acidente, afogamento, desaparecimento e 29,6 % preferiram não abordar.

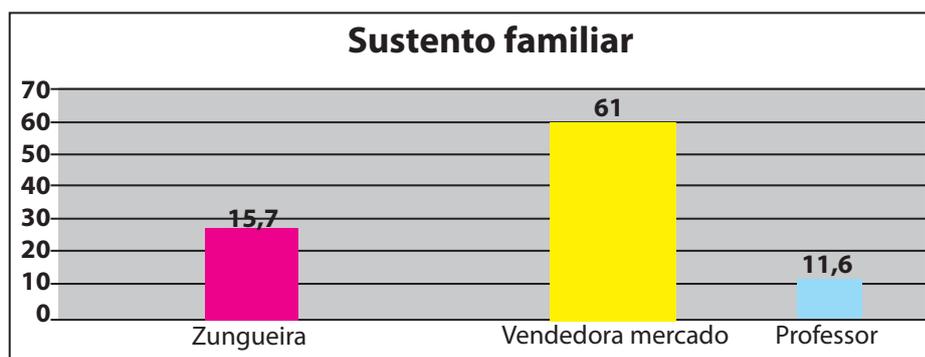
A taxa de mortalidade infantil é bastante elevada e atinge 50,7% das respondentes. As mães e raparigas que perderam 1 a 3 filhos abrangem 87,0 %, 4 a 5 filhos 9,1 %, mais de 5 filhos 3,5%. Dentre as causas de mortes temos: doenças 76,7 % e a criminalidade 6,8 %.

Em termos de cobertura médica, 59,3 % das inquiridas afirmaram existir perto das suas casas postos médicos do Estado, 40,7 % negou a existência de postos médicos estatais perto de suas residências. Relativamente aos postos médicos privados 51,2% das inquiridas afirmaram existirem perto de suas casas e 48,8 % negou existirem postos médicos privados próximos de suas casas. Nesses centros médicos 28,3 % das entrevistadas disseram

que têm sala de partos e 71,7 das inquiridas afirmaram que os centros médicos não têm sala de partos.

Participação na Economia - Quanto a participação das mulheres na economia, salienta-se o seguinte: 61 % das mulheres e raparigas dedica-se a venda no mercado informal, 27,4 % são zungueiras, 11,6 % docentes, 82,7 % têm dificuldades financeiras e 1,8 % não têm um local permanente para vender 1,8 %.

Para ultrapassarem as dificuldades, 59,7% redobra esforços, 24,6% recorre ao apoio familiar e 15,7% recorre a pessoas amigas e colegas a fim de solicitarem apoio. ●



Perfil do Município de Viana - Constatamos que 64,4% das entrevistadas têm Bilhete de Identidade, 35,6 % não têm Bilhete de Identidade.

As que não têm o referido documento alegam a falta por razões diversas: primeira, consiste na demora, muita burocracia e distância do posto de emissão de Bilhete de Identidade com 35,5 %; a segunda é, a falta de meios financeiros 19,4%; terceira, as dificuldades em conseguir condições de vida condigna na província 16,1%, e por fim a falta de registo de nascimento em Luanda e documentos necessárias 29%.

Educação e Saúde - Na educação das mulheres e das raparigas observa-se o seguinte: 15,3 % das entrevistadas, nunca foi a escola, 22,4 % atingiram o primeiro nível, 36,5 % frequentou o segundo nível, 21,8 % frequentou o ensino médio, 1,7 % atingiu o bacharelato e 2,4 % licenciadas.

Quanto a saúde, 89,9 % das mulheres e raparigas afirmam que os seus filhos são aptos fisicamente e 5,5 % reconheceram que as suas crianças são portadoras de deficiências das quais destacamos as seguintes: perna alargada, deficiência física, trombose com 70,0 %; mudez, surdez e problemas visuais 10,0 %; atraso mental, doença de gota e epilepsia 20,0%.

Verificamos também que 50% das mães que têm filhos deficientes, tiveram a preocupação de colocarem os seus filhos nas escolas e as restantes não conseguiram colocar os seus filhos em quaisquer escolas especiais no município. No que diz respeito a saúde reprodutiva, 35,9% das inquiridas já teve aborto, 9,8% consumaram o acto por falta de meios financeiros, 13,7% por má alimentação, 68,6% por acidente, 7,8% preferiu não responder a questão. Relativamente a mortalidade infantil, 85,7% das inqueridas já perderam 1 a 3 filhos, 11,1% já perdeu mais 4 a 5 filhos, 3,2% perderam mais de 5 filhos e 7,9% das entrevistas preferiram não dizer nada. Como causas de morte temos as doenças (90,5) e a criminalidade (1,6%), entretanto, 7,9% não quiseram responder essa questão. ●

Reportagem da Mulher



Reportagem da Mulher



A fechar...

Como advogar o processo na concepção do orçamento

Tendo em conta a necessidade do aumento do conhecimento dos técnicos que devem conduzir o processo de advocacia, bem como os que devem ser envolvidos como beneficiários e como protagonistas, foi realizado um workshop sobre Processo de Elaboração de OGE e Orçamentos Municipais, com o objectivo de ajudar os munícipes e os próprios membros da PMA no reforço de capacidades sobre a elaboração de orçamentos municipais para que os problemas da comunidade possam ser inclusos e aprovados nos orçamentos.

Na mesma senda, destaca-se a participação da Coordenadora do projecto e uma a Secretária no workshop sobre processos de elaboração do OGE realizado na província de Benguela município da Ganda,

promovida pela organização Acção Mngolana para o Melhoramento e Apoio ao meio Rural, o qual proporcionou aos participantes um momento importante de intercâmbio e aprendizagem com as organizações envolvidas.

Em termos de conteúdos abordados durante a formação destaca-se: a questão do enquadramento legal e institucional, o processo e calendário orçamental, a estrutura e conteúdo do OGE, os orçamentos municipais, controle Orçamental bem como os mecanismos de consulta do OGE, incluindo a noção de como fazer a leitura de números no OGE.

Os resultados das formações sirvam de base de intervenção da PMA na temática de advocacia a favor de um orçamento mais inclusivo as questões de género. ●



Desenvolvimento organizacional

No domínio desta temática foram levadas a cabo, um conjunto de formações, algumas promovidas pela PMA, designadamente: formação sobre gestão financeira aos quadros deste sector, sobre orçamento de género, instrumentos de análise de género, técnicas de recolha de dados em pesquisas.

A parte destas acções o aluguer e apetrechamento dos escritórios, sobretudo com a inclusão da rede de internet, foi possível ampliar as capacidades organizacionais.



Projectos em curso

Participação das mulheres na concepção de orçamentos municipais.

Será financiado pela Fundação Open Society.

Programa Trienal 2011-2013.

Com um Financiamento da Ajuda Popular da Noruega e da NOVIB.

Ficha Técnica

Equipa responsável:

PMA

Direcção Executiva:

Verónica Sapalo

Recolha de informação:

Madalena Lossi, Ana Maria Calombe, Teresa Quivinguele, Rui Mulende e Balbina Martins

Distribuição:

Madalena Lossi e Ana Maria

Impressão:

PMA

Tiragem:

5.000

Paginação & Designer:

Sebastião Miguel

SEDE:

Bairro Prenda, Lote 2 - 1º Andar, aptº nº 4, Rua Sertanejo Município da Maianga.

Telefone:

(+244) 926 544 477
(+244) 924 308 414

LUANDA - ANGOLA